



PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIZAL

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

017. PROVA OBJETIVA

PROCURADOR JURÍDICO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, preferencialmente com caneta esferográfica de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato

RG

Inscrição

Prédio

Sala

Carteira

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

- 01.** No capítulo dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, da Constituição Federal, está assegurado (a), nos termos da lei,
- (A) o décimo terceiro salário com base na remuneração proporcional ou no valor da aposentadoria.
 - (B) a proteção do mercado de trabalho da mulher, independentemente de incentivos específicos.
 - (C) a naturalização dos estrangeiros, de qualquer nacionalidade, residentes no Brasil há mais de dez anos.
 - (D) o direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem aos criadores.
 - (E) o gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário-mínimo.
- 02.** De acordo com o parágrafo 6º do art. 14 da CF, para concorrerem a outros cargos, devem renunciar aos respectivos mandatos, até seis meses antes do pleito,
- (A) os Governadores e os Vice-Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos.
 - (B) o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos.
 - (C) o Presidente da República, o Vice-Presidente, os Governadores e os Vice-Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos.
 - (D) o Presidente da República, o Vice-Presidente, os Governadores e os Vice-Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e os Vice-Prefeitos.
 - (E) o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e os Vice-Prefeitos.
- 03.** Os partidos políticos somente terão direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão se,
- (A) alternativamente, obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 3% (três por cento) dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 2% (dois por cento) dos votos válidos em cada uma delas; ou tiverem eleito pelo menos quinze Deputados Federais distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação.
 - (B) cumulativamente, obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 2% (dois por cento) dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 2% (dois por cento) dos votos válidos em cada uma delas; e tiverem eleito pelo menos treze Deputados Federais distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação.
 - (C) alternativamente, obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 4% (quatro por cento) dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um quarto das unidades da Federação, com um mínimo de 3% (três por cento) dos votos válidos em cada uma delas; ou tiverem eleito pelo menos doze Deputados Federais distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação.
 - (D) cumulativamente, obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 5% (cinco por cento) dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um quinto das unidades da Federação, com um mínimo de 2% (dois por cento) dos votos válidos em cada uma delas; e tiverem eleito pelo menos dezesseis Deputados Federais distribuídos em pelo menos metade das unidades da Federação.
 - (E) alternativamente, obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 6% (seis por cento) dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 3% (três por cento) dos votos válidos em cada uma delas; ou tiverem eleito pelo menos dezoito Deputados Federais distribuídos em pelo menos metade das unidades da Federação.
- 04.** Proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos é de competência
- (A) concorrente entre União, Estados e Distrito Federal.
 - (B) privativa da União.
 - (C) comum dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
 - (D) concorrente entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
 - (E) comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

- 05.** A Constituição Federal, ao tratar da Administração Pública, preceitua que os atos de improbidade administrativa, na forma e gradação previstas em lei, importarão a
- (A) suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, sem prejuízo da ação penal cabível.
 - (B) suspensão dos direitos políticos e da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, sem prejuízo das ações civil e penal cabíveis.
 - (C) perda dos direitos políticos, a suspensão da função pública, e o ressarcimento ao erário, sem prejuízo das ações civil e penal cabíveis.
 - (D) suspensão dos direitos políticos e da função pública, e a indisponibilidade dos bens, sem prejuízo da ação penal cabível.
 - (E) perda dos direitos políticos e da função pública, e o ressarcimento ao erário, sem prejuízo da ação penal cabível.
- 06.** Ao tratar da organização dos poderes, a Constituição Federal instituiu que autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais é de competência
- (A) privativa da Câmara dos Deputados.
 - (B) privativa do Senado Federal.
 - (C) exclusiva do Congresso Nacional.
 - (D) do Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República.
 - (E) privativa do Presidente da República.
- 07.** A Súmula Vinculante 10 estabelece que
- (A) não ofende o princípio da livre concorrência lei municipal que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área.
 - (B) não compete à justiça estadual julgar causas entre consumidor e concessionária de serviço público de telefonia, quando a ANATEL não seja litisconsorte passiva necessária, assistente, nem oponente.
 - (C) é constitucional a exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de ação judicial na qual se pretenda discutir a exigibilidade de crédito tributário.
 - (D) viola a cláusula de reserva de plenário (CF, artigo 97) a decisão de órgão fracionário de Tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, afasta sua incidência, no todo ou em parte.
 - (E) é inconstitucional a adoção, no cálculo do valor de taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, desde que não haja integral identidade entre uma base e outra.
- 08.** A distinção entre revogação e anulação dos atos administrativos decorre de
- (A) construção doutrinária e corrente jurisprudencial majoritária.
 - (B) princípios constitucionais implícitos da Administração Pública.
 - (C) entendimento sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça.
 - (D) súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal.
 - (E) expressa disposição legal e também entendimento sumulado.
- 09.** Para a Lei Federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 (regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal), o conceito de capacidade, para fins de processo administrativo,
- (A) não é definido, sendo necessário valer-se do conceito estabelecido no Código Civil Brasileiro.
 - (B) refere-se expressamente aos maiores de 18 anos, salvo previsão especial em ato normativo próprio.
 - (C) não está definido, vigendo o conceito que se encontrar estabelecido no Código Penal Brasileiro.
 - (D) refere-se expressamente aos maiores de 18 anos, independentemente de previsão em ato normativo próprio.
 - (E) aplica-se a regra do Direito Civil, salvo se a transgressão também for prevista como crime.
- 10.** No âmbito do processo administrativo, poderá ser arguido o impedimento da autoridade que
- (A) esteja litigando administrativamente com o cônjuge do interessado.
 - (B) tenha amizade íntima com companheiro de algum dos interessados.
 - (C) esteja litigando judicialmente com colateral até terceiro grau do interessado.
 - (D) seja inimigo notório de algum dos interessados ou de seu cônjuge ou companheiro.
 - (E) tenha, anteriormente, realizado diligência de qualquer natureza no mesmo processo.
- 11.** Considerando os termos da Lei Federal nº 8.666/1993, a respeito de execução de obra pública por meio do regime de “administração contratada”, é correto afirmar que
- (A) se trata de outra denominação do “regime de tarefa”.
 - (B) é uma modalidade do regime de “empreitada integral”.
 - (C) pode ser realizada desde que na modalidade execução indireta.
 - (D) não poderá ser contratada, exceto pela Administração Pública Federal.
 - (E) não pode ser realizada por falta de previsão legal.

12. A chamada “Lei de Improbidade Administrativa” (Lei Federal nº 8.429, de 2 de junho de 1992) visa a coibir atos de improbidade administrativa que
- (A) importem enriquecimento ilícito, causem prejuízo ao erário, decorram de concessão ou aplicação indevida de benefício financeiro ou tributário e atentem contra os princípios da Administração Pública.
 - (B) se refiram a atos que atentem contra os princípios da Administração Pública, decorram de aplicação indevida de benefício tributário, causem prejuízo à Fazenda Pública ou importem enriquecimento sem a devida demonstração da fonte.
 - (C) causem enriquecimento de agentes públicos ou prejuízo ao erário, decorram da concessão ou indevida aplicação de benefício tributário ou atentem contra os princípios implícitos da Administração Pública.
 - (D) impliquem prejuízo à Fazenda Pública, decorram da concessão indevida de benefício financeiro, atentem contra os princípios da Administração Pública ou importem em enriquecimento indevido.
 - (E) acarretem enriquecimento sem causa, causem prejuízo à Administração Pública, decorram de aplicação irregular de benefício tributário ou financeiro ou afrontem os princípios da Administração Pública.
13. Durante a sessão de julgamento, no processo de cassação do mandato de Prefeito pela Câmara Municipal (de acordo com o Decreto-Lei nº 201/1967), somente poderão requerer a leitura de peças:
- (A) membros da Comissão processante e os denunciados.
 - (B) qualquer eleitor do município, desde que presente à sessão.
 - (C) os denunciados presentes à sessão.
 - (D) qualquer vereador e os denunciados.
 - (E) o presidente da câmara e os denunciados.
14. De acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça e relativamente à utilização, em processo administrativo disciplinar, de prova produzida em processo penal (prova emprestada), pode-se afirmar que
- (A) não há possibilidade de aproveitamento, uma vez que se trata de partes diferentes em uma e outra instância.
 - (B) ela apenas será admitida se previamente autorizada pelo juízo competente e respeitados o contraditório e a ampla defesa.
 - (C) ela será admitida e o contraditório do processo penal valerá para o processo administrativo disciplinar.
 - (D) a prova emprestada não será válida porque as responsabilidades penal e administrativa são diversas.
 - (E) vigendo no processo penal o princípio da publicidade, ela poderá ser utilizada desde que assim decida a Administração Pública.
15. Considerando a competência de capacidade para o formalizar o casamento, conforme a Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro, assinale a alternativa correta.
- (A) O regime de bens, legal ou convencional, obedece à lei do país em que tiverem os nubentes domicílio, e, se este for diverso, a do primeiro domicílio conjugal.
 - (B) O estrangeiro casado, que se naturalizar brasileiro, pode requerer ao juiz, no ato de entrega do decreto de naturalização, a adoção do regime de separação de bens.
 - (C) Tendo os nubentes domicílio diverso, rege os casos de invalidade do matrimônio a lei do Brasil.
 - (D) A lei do país em que foi realizado o casamento regula as regras para a dissolução do casamento.
 - (E) Realizando-se o casamento de estrangeiros no Brasil, será aplicada a lei estrangeira quanto aos regimes de bens e às formalidades da celebração.
16. Corresponde à definição do contrato estimatório definido pelo Código Civil:
- (A) na venda sobre documentos, a tradição da coisa é substituída pela entrega do seu título representativo e dos outros documentos exigidos pelo contrato ou, no silêncio deste, pelos usos.
 - (B) na venda de coisa móvel, pode o vendedor reservar para si a propriedade, até que o preço esteja integralmente pago.
 - (C) por este contrato, o consignante entrega bens móveis ao consignatário, que fica autorizado a vendê-los, pagando àquele o preço ajustado, salvo se preferir, no prazo estabelecido, restituir-lhe a coisa consignada.
 - (D) é o empréstimo de coisas fungíveis, que se destinando a fins econômicos presumem-se devidos juros, os quais, sob pena de redução, permitida a capitalização anual.
 - (E) opera-se esse contrato quando alguém recebe de outrem poderes para, em seu nome, praticar atos ou administrar interesses, com prazo fixo.

17. José firmou com Maria o contrato de prestação de serviços jurídicos com a previsão de correção monetária anual. Sucede que, durante os seis anos de validade do contrato, José não buscou reajustar os valores, o que só foi perseguido mediante ação de cobrança após a rescisão contratual. Diante desta questão, podemos afirmar corretamente que:

- (A) é devida a pretensão de José, na forma em que foi pactuada, por ser cláusula expressa contratual.
- (B) é devida a pretensão de José, uma vez que não houve renúncia expressa de seu direito e Maria estaria agindo contra o princípio da boa-fé.
- (C) é devida a pretensão de José, por ter criado a si próprio onerosidade efetiva.
- (D) não é devida a pretensão de José, porque esta modalidade contratual exige notificação da parte contrária da mudança das cláusulas contratuais pactuadas na confiança.
- (E) não é devida a pretensão de José, porque ele criou para Maria a legítima expectativa de ter havido a renúncia àquela prerrogativa.

18. Pode ser dado em hipoteca:

- (A) a posse.
- (B) o direito de uso especial para fins de moradia.
- (C) a servidão.
- (D) o usufruto.
- (E) o uso.

19. O prazo para anular um negócio jurídico é de

- (A) prescrição de um ano.
- (B) prescrição de cinco anos.
- (C) prescrição de dez anos.
- (D) decadência de dois anos.
- (E) decadência de quatro anos.

20. Sobre o contrato de transporte, assinale a alternativa correta.

- (A) Não se considera gratuito o transporte quando, embora feito sem remuneração, o transportador auferir vantagens indiretas.
- (B) O transportador pode recusar passageiros, desde que devolva o valor da passagem.
- (C) Não é lícito ao transportador exigir a declaração do valor da bagagem a fim de fixar o limite da indenização.
- (D) Subordina-se às normas do contrato de transporte o feito gratuitamente, por amizade ou cortesia.
- (E) Ao passageiro não é possível desistir do transporte, depois de iniciada a viagem.

21. Considerando que uma criança de três anos se solta da mão de sua mãe e corre por uma loja de cristal, e pela tenra idade encosta em uma prateleira que cai e passa a derrubar todas as demais em um efeito dominó, quebrando todos os cristais da loja, causando enorme prejuízo, havendo excessiva desproporção entre o dano e a gravidade da culpa, assinale a alternativa correta.

- (A) A mãe deverá indenizar todo o prejuízo, por ser responsável pelos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia.
- (B) A criança responde pelos prejuízos que causar, pela nova dogmática do instituto de responsabilidade civil.
- (C) Como o dono da loja mantém uma atividade de risco, agindo culposamente para o evento danoso, a sua indenização será fixada tendo-se em conta a gravidade de sua culpa em confronto com a do autor do dano.
- (D) A indenização mede-se pela extensão do dano, mas, neste caso houve excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, podendo o juiz reduzir, equitativamente, a indenização.
- (E) Tratando-se de menor absolutamente incapaz e não havendo demonstração de negligência de sua responsável, o prejuízo deverá ser suportado pela vítima em sua integralidade pelo risco do negócio.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

22. Dentre as várias novidades trazidas pelo Código de Processo Civil de 2015 aparece a sistematização da chamada tutela provisória. Sobre a tutela de evidência, como espécie de tutela provisória, assinale a alternativa correta.

- (A) Não deverá ser concedida liminarmente se fundada em pedido lastreado em alegações de fato que puderem ser comprovadas apenas documentalmente e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos.
- (B) Uma vez determinada pelo juiz da causa, de ofício, se não for objeto de recurso por parte do réu, deverá ser estabilizada.
- (C) Pode ser formulada pelo autor em caráter antecedente ou incidente.
- (D) Será pertinente o seu deferimento, uma vez pleiteada pelo autor em réplica, se a petição inicial for instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do seu direito, a que o réu não oponha prova capaz de gerar dúvida razoável.
- (E) A sua concessão depende da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando ficar caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu.

23. A coisa julgada é um das garantias fundamentais constantes do texto constitucional, que pode, porém, ser rescindida mediante o manejo da denominada ação rescisória, disciplinada pela lei processual civil que prevê o seu cabimento, quando aquela for lastreada em decisão de mérito transitada em julgado:
- (A) proferida por juiz suspeito.
 - (B) baseada em acórdão proferido em julgamento de casos repetitivos que não tenha considerado a existência de distinção entre a questão discutida no processo e o padrão decisório que lhe deu fundamento.
 - (C) fundada em erro de direito verificável do exame dos autos.
 - (D) resultado de erro substancial perpetrado pela parte vencedora em detrimento da parte vencida.
 - (E) fundada em prova cuja falsidade tenha sido apurada em processo administrativo.
24. A Fazenda Pública tem tratamento diferenciado no Processo Civil, como ente responsável pelo patrimônio público. São as denominadas prerrogativas processuais, dentre as quais aparece a remessa necessária ou oficial. A respeito do instituto em questão, assinale a alternativa correta.
- (A) Deverá ocorrer em relação a qualquer sentença proferida na etapa de cognição do processo de conhecimento em que a Fazenda Pública for parte.
 - (B) Considera-se Fazenda Pública, a saber: a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.
 - (C) Terá cabimento em relação à sentença que julgar os embargos à execução fiscal.
 - (D) Não deverá ocorrer, se a sentença estiver fundada em súmula do Tribunal de Justiça.
 - (E) Será dispensada, no caso do Município que não for Capital de Estado, se a condenação ou o proveito econômico obtido na causa for de valor certo e líquido inferior a 100 (cem) salários-mínimos.
25. O réu, sob a égide do Código de Processo Civil de 1973, dependendo da situação concreta, era obrigado a apresentar a sua resposta ao ato citatório, mediante a oferta em juízo, de várias peças processuais. Já o atual Código de Processo Civil, ao tratar do tema, tenta concentrar a defesa do Requerido na contestação. Dito isso, em relação à contestação, é correto afirmar que
- (A) a incompetência relativa será alegada como questão preliminar, e a absoluta como de mérito.
 - (B) o réu pode propor reconvenção independentemente de oferecê-la.
 - (C) depois de ofertada, não é possível ao réu deduzir novas alegações, sob que argumento for.
 - (D) deve ser alegada a abusividade da cláusula de eleição de foro em seu bojo, sob pena de o réu ter que arcar com custas de retardamento, se o fizer em momento posterior.
 - (E) a impugnação aos benefícios da justiça gratuita ao autor deve ser formulada por incidente e não no seu corpo.
26. A inércia do réu frente à realização de sua citação, acerca de um determinada ação que lhe foi proposta, gera o surgimento do designado fenômeno da revelia. No que tange à revelia, temos que
- (A) na sua ocorrência presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato e de direito formuladas pelo autor.
 - (B) o revel poderá intervir no processo, após a sua decretação, tendo como limite temporal a prolação de sentença, recebendo-o no estado em que se encontrar.
 - (C) nos autos processuais físicos, os prazos contra o revel que não tenha patrono constituído, fluirão da data de publicação do ato decisório no órgão oficial.
 - (D) gera efeitos, havendo pluralidade de réus, ainda que algum deles conteste a ação.
 - (E) ao réu revel não será lícito a produção de provas no transcorrer do processo.
27. O autor, ao ajuizar uma determinada ação perante o Poder Judiciário, deve ter alguns cuidados, que caso não sejam observados, poderão levar ao indeferimento liminar da petição inicial, sendo certo que:
- (A) não interposto recurso contra a manifestação judicial em comento, o réu será intimado do seu trânsito em julgado.
 - (B) a perempção do pedido formulado é umas das hipóteses de sua ocorrência.
 - (C) o reconhecimento da prescrição pelo juiz da causa configura situação para a sua decretação.
 - (D) o autor deverá agravar de instrumento da decisão em questão.
 - (E) não haverá juízo de retratação no procedimento do recurso interposto contra a manifestação judicial em apreço.
28. A parte prejudicada com a sentença que lhe foi desfavorável poderá mostrar o seu inconformismo, mediante a apresentação do recurso de apelação, regulamentado pelo ordenamento jurídico processual civil, que determina que:
- (A) no seu julgamento, a decisão será tomada, no órgão colegiado, pelo voto de 3 (três) ou mais juizes.
 - (B) se interposta pelo autor, após o seu improvimento, será julgado o agravo de instrumento por ele ofertado no mesmo processo.
 - (C) quando o pedido ou a defesa tiver mais de um fundamento e o juiz acolher apenas um deles, a apelação não devolverá ao tribunal o conhecimento dos demais.
 - (D) não terá efeito suspensivo, quando a sentença confirmar, conceder ou revogar tutela provisória.
 - (E) as questões de fato e de direito não propostas no juízo inferior poderão ser suscitadas na apelação, se a parte provar que deixou de fazê-lo por justo motivo.

DIREITO DO CONSUMIDOR

29. O Código de Defesa do Consumidor trata da disciplina das relações de consumo, adotando estrutura de microsistema normativo, prevendo
- (A) o reconhecimento da hipossuficiência do consumidor no mercado de consumo, como instrumento de execução da política nacional das relações de consumo.
 - (B) a manutenção de assistência jurídica, integral e gratuita para o consumidor, como princípio norteador da política nacional das relações de consumo.
 - (C) a inversão do ônus da prova no processo civil em favor do consumidor, face à sua vulnerabilidade.
 - (D) que serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, com remuneração por parte do consumidor, ou ainda aquelas prestadas de forma gratuita ou voluntária; salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista.
 - (E) a adequada e eficaz prestação dos serviços públicos, como direito básico do consumidor.
30. Um dos mecanismos de controle do mercado de consumo pelo Poder Executivo é por meio da aplicação de sanções administrativas aos fornecedores, as quais devem observar a seguinte disciplina:
- (A) a pena de cassação de alvará de licença será aplicada pela Administração quando for constatado vício de qualidade por insegurança do produto, dispensando-se a reincidência.
 - (B) a pena de inutilização do produto será aplicada pela Administração quando o fornecedor reincidir na prática das infrações de maior gravidade.
 - (C) os órgãos oficiais poderão expedir notificações aos fornecedores para que, sob pena de desobediência, prestem informações sobre questões de interesse do consumidor, resguardado o segredo industrial.
 - (D) as várias espécies de sanções administrativas não podem ser impostas pela autoridade administrativa no âmbito de sua atribuição, de forma cumulativa, ao fornecedor.
 - (E) a imposição de contrapropaganda será cominada ao fornecedor, sempre às suas expensas, quando este incorrer na prática de publicidade enganosa, mas não quando se tratar de abusiva.

31. No que concerne ao sistema jurídico de proteção ao consumidor, na interpretação dada pelas Súmulas editadas pelo Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que
- (A) incumbe ao credor a exclusão do registro da dívida em nome do devedor no cadastro de inadimplentes no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a partir do integral e efetivo pagamento do débito.
 - (B) o Código de Defesa do Consumidor é aplicável aos contratos de previdência complementar celebrados com entidades fechadas.
 - (C) não é abusiva a cláusula contratual de plano de saúde que limita no tempo a internação hospitalar do segurado.
 - (D) a utilização de escore de crédito, como método estatístico de avaliação de risco que constitui banco de dados, depende de prévio acordo firmado entre fornecedor e consumidor.
 - (E) é legítima a cobrança da tarifa básica pelo uso dos serviços de telefonia fixa, desde que haja prévio consentimento do consumidor.

DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS

32. Sobre a transação em sede dos direitos difusos ou coletivos, assinale a alternativa correta.
- (A) Como as ações coletivas tratam de direitos indisponíveis, inviável a transação.
 - (B) Nas ações propostas pelo Ministério Público, há falta de legitimidade para transigir.
 - (C) Inquéritos Civis instaurados pelo Ministério Público impedem a transação das partes.
 - (D) Se o direito se tratar de interesse de crianças e adolescentes, a transação é expressamente vedada.
 - (E) Crimes ambientais de menor potencial ofensivo permitem a transação.
33. Em ação civil pública, que trate de direitos difusos ou coletivos, o Ministério Público Estadual e o Ministério Público Federal
- (A) não poderão atuar em conjunto na mesma ação.
 - (B) não poderão defender a mesma causa de pedir, ante a competência de cada um.
 - (C) não poderão propor a mesma demanda, pois um deles será parte ilegitíma.
 - (D) poderão atuar como litisconsorte ativo facultativo.
 - (E) deverão atuar como litisconsorte necessário, conforme o objeto da causa.

34. Prefeito municipal construiu monumento em homenagem a Nossa Senhora Aparecida em sua cidade, sem previsão orçamentária, nem processo licitatório, tendo sido condenado em ação popular a ressarcir os valores. Em sua defesa recursal, alega que não houve comprovação de prejuízo ao erário e não era cabível esse tipo de ação. Em razão desses fatos, assinale a alternativa correta.
- (A) Assiste razão ao prefeito, pois sem prejuízo não pode haver condenação, e ação popular não se presta a esse tipo de pedido.
 - (B) Assiste razão ao prefeito, pois o ressarcimento do prejuízo, mesmo não comprovado, somente poderia ser requerido em ação civil pública.
 - (C) Assiste razão em parte ao prefeito, pois a ação popular pode fazer esse tipo de pedido, porém, deve-se comprovar o prejuízo.
 - (D) Não há razão ao pleito do prefeito, pois não há necessidade de comprovação do prejuízo, mas, nesse caso, a ação seria de improbidade administrativa.
 - (E) Não há razão no pleito do prefeito, pois a ação popular é hábil na defesa da moralidade administrativa, ainda que não exista dano econômico material ao patrimônio público.

DIREITO TRIBUTÁRIO

35. O papel do direito tributário consiste na proteção jurídica à propriedade privada, diante do poder do Estado de criar obrigações pecuniárias, sujeitando particulares ao pagamento de recursos em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, bem como à prática ou à omissão de atos considerados relevantes no interesse da arrecadação tributária. A respeito dos institutos básicos do direito tributário, pode-se afirmar corretamente que
- (A) tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que constitua ou não sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
 - (B) os tributos se classificam em impostos, taxas, preços públicos, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios e multas.
 - (C) os contribuintes podem ser classificados ou como “sujeito ativo”, quando tenham relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador, ou como “sujeito passivo”, quando sua obrigação decorra de disposição expressa de lei.
 - (D) salvo disposições de lei em contrário, as convenções particulares, relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos, não podem ser opostas à Fazenda Pública, para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.
 - (E) o sistema tributário nacional é regido pela Constituição Federal e pelo Código Tributário Nacional, não cabendo competência aos estados e municípios para legislar em matéria tributária.

36. A Constituição Federal traz em capítulo próprio regras específicas acerca do sistema tributário nacional e limites ao poder de tributar. Entre as preocupações do legislador se encontra a possibilidade de os tributos afetarem o equilíbrio entre os entes federativos, motivo pelo qual se estabelece que
- (A) é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.
 - (B) é facultado à União instituir isenções de tributos da competência dos Estados, e a estes instituir isenções de tributos da competência dos Municípios.
 - (C) é vedado à União instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional ou que implique distinção ou preferência em relação a ente federado, em detrimento de outro.
 - (D) não é admitida a concessão de incentivos fiscais pela União destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do País, por representar violação do pacto federativo.
 - (E) é facultado à União tributar a renda das obrigações da dívida pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em níveis superiores aos que fixar para suas obrigações.

37. A repartição de competências tributárias na Constituição Federal é uma das formas de asseguramento da efetiva realização do projeto federativo brasileiro inaugurado em 1988. Sendo os Municípios entes federados, cabe-lhes, sem prejuízo de outros previstos na legislação e da competência de outros entes, instituir e arrecadar os seguintes tributos:
- (A) contribuição para custeio do regime próprio de previdência dos funcionários públicos municipais, contribuição para custeio da iluminação pública, imposto sobre propriedade predial e territorial urbana, imposto sobre prestação de serviços, imposto sobre transmissão onerosa *inter vivos* de bens imóveis, contribuições de melhoria e taxas.
 - (B) contribuição para custeio do regime próprio de previdência dos funcionários públicos municipais, contribuição para custeio da iluminação pública, imposto sobre propriedade de veículos automotores, imposto sobre prestação de serviços, imposto sobre transmissão *inter vivos* de bens imóveis, e contribuições de intervenção do domínio econômico.
 - (C) contribuição para custeio da iluminação pública, imposto sobre propriedade predial e territorial urbana, imposto sobre propriedade de veículos automotores, imposto sobre prestação de serviços, imposto sobre transmissão *inter vivos* de bens imóveis e taxas.
 - (D) imposto sobre propriedade predial e territorial urbana, imposto sobre a renda incidente sobre proventos por eles pagos, imposto sobre prestação de serviços de telecomunicações e transporte intermunicipal, imposto sobre transmissão *inter vivos* de bens imóveis e taxas.
 - (E) contribuições de melhoria, taxas, contribuições sociais para custeio da seguridade social, pedágio pela utilização de vias concedidas, contribuição para custeio da iluminação pública, e imposto sobre serviços.

38. A proteção ao sigilo fiscal nada mais é que o corolário da proteção constitucional à intimidade, cabendo à Fazenda Pública e a seus servidores proteger informações obtidas em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira dos cidadãos ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades. A esse respeito, avalie as alternativas a seguir e assinale a opção correta.
- (A) A Fazenda Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na forma estabelecida em tratados, acordos, convênios e leis da competência de cada um desses entes, poderá permutar informações com Estados estrangeiros no interesse da arrecadação e da fiscalização de tributos.
 - (B) Não se aplica a vedação à divulgação, por parte da Fazenda Pública, de informação obtida em razão do ofício em caso de solicitações de autoridade administrativa no interesse da Administração Pública, desde que seja comprovada a instauração regular de processo administrativo, com o objetivo de investigar o sujeito passivo a que se refere a informação, por prática de infração administrativa.
 - (C) A proteção do sigilo fiscal não se aplica diante de requisição de autoridade policial no interesse da apuração de crime de ação penal pública incondicionada, cabendo responsabilização em caso de negativa de entrega das informações solicitadas, por embaraço à investigação.
 - (D) Consiste em irregularidade meramente administrativa a divulgação, por parte da Fazenda Pública ou de seus servidores, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo, não havendo previsão de sanção de natureza penal para o ato.
 - (E) É vedada a divulgação de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo mesmo quando relativa a representações fiscais para fins penais ou em caso de parcelamento ou moratória do crédito tributário.
39. A respeito da responsabilidade tributária, assinale a alternativa correta.
- (A) Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade de bens imóveis, sub-rogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando, cumulativamente, conste do título a prova de sua quitação e quando a sub-rogação esteja prevista expressamente no instrumento de transferência.
 - (B) O sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro são pessoalmente responsáveis pelos tributos devidos pelo *de cuius* até a data da partilha ou adjudicação, e o espólio é pessoalmente responsável pelos tributos devidos pelo *de cuius* até a data da abertura da sucessão.
 - (C) Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem isoladamente nos atos em que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles, ou perante eles, em razão do seu ofício.
 - (D) Salvo disposição de lei em contrário, a responsabilidade por infrações da legislação tributária depende da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.
 - (E) A responsabilidade é atenuada pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora, não sendo, porém, totalmente excluída, senão, após declaração expressa da autoridade administrativa que concede a quitação.

40. Especialistas em finanças públicas afirmam que parte dos problemas fiscais do Brasil tem origem no excesso de vinculações de certas receitas públicas e no excesso de despesas juridicamente obrigatórias, o que torna o orçamento público pouco flexível diante de tempos cada vez mais instáveis. Essa realidade não passou despercebida do constituinte de 1988, como o demonstra o trecho a seguir, inspirado em dispositivos da Constituição Federal voltados a preservar relativa flexibilidade orçamentária:

- (A) são vedados o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual.
- (B) é vedada a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital.
- (C) nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual.
- (D) é vedada a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa, e a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, salvo exceções expressamente previstas.
- (E) a despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

41. Dada a concentração de receitas tributárias na União Federal, observada a partir da década de 1990 e mantida até os dias de hoje, cada vez mais os municípios passam a depender de transferências federais como forma de financiar as suas atividades. A respeito das exigências legais para a realização de transferências voluntárias, assinale a alternativa correta.

- (A) É condição para a realização de transferências voluntárias a existência, no orçamento do ente transferidor, da dotação orçamentária genérica “projetos financiados por transferências voluntárias”.
- (B) É possível a realização de transferências voluntárias da União Federal para pagamento de despesas de pessoal ativo, inativo e pensionistas dos municípios quando os regimes próprios de previdência observarem déficit atuarial.
- (C) É exigida do beneficiário da transferência a comprovação da previsão orçamentária de eventual contrapartida à transferência recebida.
- (D) É permitida a utilização dos recursos transferidos em finalidade diversa da pactuada quando se tratar de transferências relativas a ações de educação, saúde e assistência social.
- (E) É exigida do beneficiário da transferência a comprovação de que se acha em dia quanto ao pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos junto ao setor financeiro nacional, bem como quanto ao pagamento de precatórios judiciais.

42. O tema da “judicialização das políticas públicas” é de enorme relevância para o direito financeiro, pois a intervenção do Poder Judiciário em matéria de organização das prestações positivas do Estado possui potencial para desarticular financeiramente a ação estatal quando realizada de forma descuidada. A esse respeito, é correto afirmar que

- (A) a judicialização de políticas públicas é um tema “da moda”, mas não representa de fato um risco às finanças públicas, pois a execução judicial das dívidas do Estado ocorre apenas por via dos precatórios, conforme determina a Constituição.
- (B) o princípio da “reserva do possível” tem aplicação no contexto da chamada “judicialização das políticas públicas” e possui relação direta com a efetiva capacidade material e orçamentária do Estado de dar concretude aos direitos fundamentais previstos na Constituição.
- (C) a judicialização das políticas públicas tem por objetivo apenas a obtenção de uma declaração por parte do Poder Judiciário de descumprimento pelo Estado de uma obrigação constitucional, o que termina por constituir um constrangimento de ordem política ao Administrador Público.
- (D) diante do chamado “mínimo existencial”, é possível ao Estado argumentar com base no chamado “princípio da reserva do impossível” de modo a sustentar a impossibilidade material de atendimento pleno a direitos fundamentais constitucionalmente previstos.
- (E) a separação de poderes, característica elementar da República Federativa do Brasil, impede a intervenção do Poder Judiciário em matéria de políticas públicas, dada a precedência do Poder Executivo nesse tema.

43. O adequado conhecimento, por parte do jurista, da classificação financeira das receitas e despesas orçamentárias é essencial para a correta interpretação da legislação financeira e orçamentária no país, sobretudo, das regras ligadas à responsabilidade fiscal. A esse respeito, é correto afirmar que

- (A) as receitas se classificam, quanto às categorias econômicas, em receita tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras.
- (B) se classificam como despesas de custeio as dotações para despesas as quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços.
- (C) se classificam como investimentos as dotações para a constituição ou aumento do capital de empresas que sejam de caráter comercial ou financeiro.
- (D) na lei orçamentária anual a discriminação da despesa far-se-á no mínimo por categoria econômica e grupo de despesas.
- (E) são receitas de capital, dentro outros, os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em despesas de capital.

44. O tema dos precatórios judiciais está presente no cenário jurídico e orçamentário brasileiro há muitos anos, sendo um grande desafio em matéria de direito financeiro, devido à enorme repercussão dos valores envolvidos sobre a capacidade do Estado de prover políticas públicas. A esse respeito, assinale a alternativa correta.

- (A) Embora a Constituição preveja a possibilidade de intervenção dos Estados nos seus Municípios com a finalidade de fazer respeitar decisão judicial, o Supremo Tribunal Federal tem se manifestado contrariamente à possibilidade de intervenção quando não se configura evidente intenção estatal de se esquivar ao pagamento dos débitos decorrentes de precatórios judiciais.
- (B) A Constituição prevê que os precatórios apresentados até 1º de julho de cada ano deverão ser incluídos na proposta orçamentária do ano seguinte e quitados integralmente ao longo deste exercício, não trazendo regras específicas para os saldos acumulados nas últimas décadas.
- (C) Os precatórios judiciais são considerados pela legislação relativa à responsabilidade fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) como integrantes da dívida consolidada líquida para todos os fins de direito.
- (D) A Constituição Federal não autoriza a realização de acordos diretos entre o ente público devedor e os credores de precatórios judiciais, por ser tal prática contrária ao princípio da isonomia e configurar burla à ordem cronológica de pagamentos.
- (E) A exceção prevista na Constituição Federal, em favor dos créditos de natureza alimentícia, dispensa a expedição de precatório e os isenta da observância da ordem cronológica, cabendo ao Poder Público o pagamento direto ao detentor do crédito.

DIREITO PENAL E LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

45. Sobre os crimes contra o patrimônio, assinale a alternativa correta.

- (A) Mévio, tendo se apropriado de dinheiro pertencente ao pai, pratica o crime de apropriação indébita, sendo punido com a pena nele prevista.
- (B) Tício, comerciante, tendo adquirido carne a preço muito inferior ao valor de mercado, pratica o crime de receptação qualificada, na modalidade culposa.
- (C) Caio, visando processar Tícia, pelo crime de furto de coisa comum, deverá fazê-lo mediante queixa.
- (D) Mévia, tendo exigido de Semprônia, como garantia de dívida, que falsificasse a assinatura do fiador no contrato de mútuo, pratica o crime de extorsão direta.
- (E) Cipião, tendo quebrado a janela da Prefeitura de Buritizal, intencionalmente, pratica o crime de dano qualificado.

46. A respeito da Lei de Organização Criminosa, é correto afirmar que

- (A) se considera organização criminosa a associação de 04 (quatro) ou mais pessoas, com o objetivo de obter vantagem econômica, mediante a prática de infrações penais, cujas penas máximas sejam superiores a 04 (quatro) anos.
- (B) promover, constituir ou integrar organização criminosa são as condutas típicas previstas na lei, punindo-se de forma aumentada a conduta de financiá-la.
- (C) prevê como crime a conduta de revelar a identidade do colaborador.
- (D) há previsão de causa de aumento para a hipótese de participação de criança e adolescente, bem como pessoa com deficiência mental.
- (E) é efeito da condenação, para o funcionário público condenado por integrar organização criminosa, a interdição para o exercício de função pública ou cargo público pelo prazo de 05 (cinco) anos.

47. Sobre os crimes contra a paz pública, assinale a alternativa correta.

- (A) Com exceção do crime de associação criminosa, todos os demais podem ser praticados na modalidade culposa.
- (B) Com exceção do crime de associação criminosa, todos os demais são de menor potencial ofensivo.
- (C) O crime de associação criminosa é a associação de 03 (três) ou mais pessoas, para o fim específico de praticar infrações penais.
- (D) No crime de associação criminosa, há previsão de aumento de pena se há participação de criança ou adolescente.
- (E) O crime de incitação ao crime se consuma pela incitação, em público, à prática de crime. Já o de apologia ao crime, consuma-se ainda que a apologia seja feita em privado.

- 48.** Em conformidade com texto expresso na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), poderá ser realizada a alteração do regime de teletrabalho para o presencial por determinação do empregador, garantindo prazo de transição mínimo de
- (A) dez dias, com correspondente registro em aditivo contratual.
 - (B) quinze dias, com correspondente registro em aditivo contratual.
 - (C) vinte dias, com correspondente registro em aditivo contratual.
 - (D) trinta dias, com correspondente registro em aditivo contratual.
 - (E) noventa dias, com correspondente registro em aditivo contratual.
- 49.** De acordo com expressa disposição da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), é correto afirmar que
- (A) haverá distinções relativas à espécie de emprego e à condição de trabalhador, e entre o trabalho intelectual, técnico e manual.
 - (B) não se distingue entre o trabalho realizado no estabelecimento do empregador, o executado no domicílio do empregado e o realizado a distância, desde que estejam caracterizados os pressupostos da relação de trabalho.
 - (C) o direito comum será fonte subsidiária do direito do trabalho aplicando-se em sobreposição aos princípios fundamentais deste, em face da prevalência do negociado sobre o legislado.
 - (D) a alteração na estrutura jurídica da empresa afetará os direitos de seus empregados.
 - (E) a mudança na propriedade ou na estrutura jurídica da empresa não afetará os contratos de trabalho dos respectivos empregados.
- 50.** Nos termos expressos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o tempo despendido pelo empregado desde a sua residência até a efetiva ocupação do posto de trabalho e para o seu retorno, caminhando ou por qualquer meio de transporte, inclusive o fornecido pelo empregador,
- (A) será computado na jornada de trabalho, por se tratar de tempo à disposição do empregador.
 - (B) será computado na jornada de trabalho, por se tratar de tempo à disposição do empregador quando o local for de difícil acesso e não servido por transporte público.
 - (C) não será computado na jornada de trabalho, por não ser tempo à disposição do empregador.
 - (D) não será computado na jornada de trabalho, por não ser tempo à disposição do empregador, salvo quando se tratar de local de difícil acesso e não servido por transporte público.
 - (E) será computado na jornada de trabalho.
- 51.** Consoante disposição contida na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), é correto afirmar que
- (A) a época da concessão das férias será a que melhor consulte os interesses do empregado.
 - (B) é vedado o início das férias no período que antecede feriado ou dia de repouso semanal remunerado.
 - (C) o pagamento da remuneração das férias poderá ser efetuado em até três períodos.
 - (D) as férias poderão ser usufruídas em até três períodos, desde que haja concordância do empregado.
 - (E) o período das férias não será computado como tempo de serviço.
- 52.** Não caracteriza grupo econômico a mera identidade de sócios, sendo necessárias, para a configuração do grupo, a demonstração do interesse integrado,
- (A) a efetiva comunhão de interesses e a atuação conjunta das empresas dele integrantes.
 - (B) a efetiva comunhão de interesses ou a atuação conjunta das empresas dele integrantes.
 - (C) a direção e a personalidade jurídica própria.
 - (D) o controle acionário e a atuação conjunta das empresas dele integrantes.
 - (E) a administração e a integração de distinto grupo econômico.
- 53.** Aduz a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que o contrato individual de trabalho poderá ser acordado
- (A) de forma expressa, em qualquer modalidade.
 - (B) por período de experiência de três meses.
 - (C) por prazo determinado em qualquer situação.
 - (D) para prestação de trabalho intermitente.
 - (E) de forma contínua ou esporádica.
- 54.** Constituem objeto ilícito de convenção coletiva ou de acordo coletivo de trabalho, exclusivamente, a supressão ou a redução dos seguintes direitos:
- (A) troca do dia de feriado.
 - (B) salário-família.
 - (C) regulamento empresarial.
 - (D) banco de horas anual.
 - (E) participação nos lucros ou resultados da empresa.

- 55.** De acordo com texto expresso na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aos Tribunais Regionais, quando divididos em Turmas, compete às Turmas
- (A) processar, conciliar e julgar originariamente os dissídios coletivos.
 - (B) processar e julgar originariamente as revisões de sentenças normativas.
 - (C) julgar os agravos de petição e de instrumento, estes de decisões denegatórias de recursos de sua alçada.
 - (D) julgar os processos e os recursos de natureza administrativa atinentes aos seus serviços auxiliares e respectivos servidores.
 - (E) processar e julgar originariamente os mandados de segurança.
- 56.** Em conformidade com o texto contido na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), é correto afirmar que
- (A) nos dissídios coletivos, é obrigatório aos interessados a assistência por advogado.
 - (B) os empregados e os empregadores poderão reclamar pessoalmente perante a Justiça do Trabalho e acompanhar as suas reclamações até o final.
 - (C) ao advogado serão devidos honorários de sucumbência, desde que não atue em causa própria.
 - (D) nos dissídios individuais os empregados e os empregadores deverão fazer-se representar por intermédio do sindicato, advogado, solicitador, ou provisionado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil.
 - (E) ao advogado não serão devidos honorários de sucumbência na reconvenção.
- 57.** No Processo do Trabalho, em relação às nulidades, dispõe a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que
- (A) será declarada *ex officio* a nulidade fundada em incompetência de foro.
 - (B) será pronunciada quando arguida por quem lhe tiver dado causa.
 - (C) será pronunciada quando for possível suprir-se a falta ou repetir-se o ato.
 - (D) serão declaradas independentemente de provocação das partes.
 - (E) serão declaradas quando arguidas em incidente próprio.
- 58.** Consoante disposição expressa na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), assinale a alternativa correta.
- (A) O termo que for lavrado, no caso de conciliação, valerá como decisão irrecorrível.
 - (B) A decisão será proferida depois de rejeitada pelas partes a proposta de conciliação.
 - (C) A decisão mencionará as custas que devam ser pagas pelas partes.
 - (D) O acordo celebrado após o trânsito em julgado da sentença prejudicará os créditos da União.
 - (E) O acordo celebrado após a elaboração dos cálculos de liquidação de sentença prejudicará os créditos da União.
- 59.** Elaborada a conta e tornada líquida, o juízo
- (A) poderá abrir às partes prazo comum de oito dias para impugnação, fundamentada com a indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão.
 - (B) procederá à intimação da União para manifestação, no prazo de oito dias, sob pena de preclusão.
 - (C) deverá abrir às partes prazo comum de 10 (dez) dias para impugnação, fundamentada com a indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão.
 - (D) deverá abrir às partes prazo comum de oito dias para impugnação, fundamentada com a indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão.
 - (E) procederá à intimação da União e das partes no prazo comum de 10 (dez) dias, sob pena de preclusão.
- 60.** De acordo com o entendimento uniforme expresso pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), assinale a alternativa correta.
- (A) No caso de a tutela provisória haver sido concedida ou indeferida antes da sentença, não cabe mandado de segurança, em face da existência de recurso próprio.
 - (B) A homologação de acordo não constitui faculdade do juiz, existindo direito líquido e certo tutelável pela via do mandado de segurança, em caso de negativa.
 - (C) A tutela provisória concedida na sentença comporta impugnação pela via do mandado de segurança.
 - (D) Devendo o agravo de petição delimitar justificadamente a matéria e os valores objeto de discordância, não fere direito líquido e certo o prosseguimento da execução quanto aos tópicos e valores não especificados no agravo.
 - (E) Ainda que ajuizados embargos de terceiro para pleitear a desconstituição da penhora, é cabível mandado de segurança com a mesma finalidade.

